



Plano de Formação Contínua

2015-2016

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

Título: Plano de Formação Contínua 2015-2016

Autor: CEJ - Departamento da Formação

Ano de Publicação: 2015

Série: Formação Contínua

Edição: Centro de Estudos Judiciários

Largo do Limoeiro

1149-048 Lisboa

cej@mail.cej.mj.pt

Índice

I Critérios de seleção e planificação	5
II Aspectos gerais	6
III Orientações para a definição de um modelo pedagógico e de comunicação	7
IV Termos de referência e justificação	9
V Formação presencial.....	10
VI Vagas.....	11
VII Inscrições.....	13
VIII Ações de Formação por Tipologia	14
8.1 Cursos Intensivos	14
8.2 Ações de Formação Contínua Tipo A – Colóquios.....	15
8.2.1 Metodologia	15
8.2.2 Destinatários	15
8.3 Ações de Formação Contínua Tipo B – Seminários.....	17
8.3.1 Metodologia	17
8.3.2 Destinatários	17
8.4 Ações de Formação Contínua Tipo C – Cursos de Especialização.....	18
8.4.1 Metodologia	18
8.4.2 Destinatários	18
8.5 Ações de Formação Contínua Tipo D – Workshops	19
8.5.1 Metodologia	19
8.5.2 Destinatários	19
8.6 Ações de Formação Contínua Tipo E – Cursos on-line	21
XIX Ações de Formação por Jurisdição.....	22
9.1 Tribunais Administrativos e Fiscais	22
9.2 Tribunais Judiciais.....	25
9.2.1 Categoria: Jurisdição Civil, Processual Civil e Comercial	25
9.2.2 Categoria: Jurisdição Penal e Processual Penal.....	29
9.2.3 Categoria: Jurisdição de Família e Crianças	32
9.2.4 Categoria: Jurisdição Laboral	34
9.3 Outras Ações de Formação	36
XX Formação Internacional.....	40

I Critérios de seleção e planificação

O primeiro critério que presidiu à elaboração do Plano de Atividades de Formação Contínua foi o de, tanto quanto possível, procurar dar uma adequada resposta às solicitações formuladas pelo Conselho Superior da Magistratura, pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e pelo Conselho Superior do Ministério Público, na sequência da auscultação que para esse efeito foi oportunamente realizada.

Foram ainda ouvidos a Associação Sindical dos Juizes Portugueses, a Associação dos Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal de Portugal e o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, para além de outras pessoas e entidades, designadamente juizes e responsáveis portugueses em tribunais e organizações internacionais, os quais transmitiram as suas preocupações e ideias nomeadamente quanto à incidência de recursos nos tribunais internacionais e tribunais superiores portugueses.

Premente foi ainda a preocupação de não repetir injustificadamente ações anteriormente realizadas e de consagrar o CEJ como instituição de formação no domínio dos novos diplomas legislativos.

Com o presente Plano de Formação Contínua pretende-se ainda alcançar uma adequada complementaridade entre a formação inicial e a formação contínua.

Tendo em linha de conta os ensinamentos que resultaram da análise da execução de idênticos Planos nos dois últimos anos, as estratégias formativas assentarão nos seguintes eixos fundamentais:

- Preparação de dossiers de formação e utilização da página do CEJ como instrumento de divulgação dos elementos formativos
- Audição prévia dos/as magistrados/as inscritos/as quanto às questões e preocupações que pretendem ver resolvidas: estabeleceu-se o procedimento a cumprir na preparação de cada ação de formação, assente no diálogo com os magistrados/as inscritos/as, os quais são consultados previamente, por e-mail, acerca das questões práticas que pretendem ver debatidas durante a ação
- Orientação ao caso
- Definição de um modelo formativo próprio, profissional e não académico
- Propugnar por uma verdadeira conjugação de saberes, reforçando-se a colaboração de profissionais cuja atividade profissional caracteriza o pluralismo social. Engenheiros, arquitetos, médicos, enfermeiros, entre outros profissionais, serão assim chamados a colaborar nas ações de formação para magistrados.

Continua a aposta nas novas tipologias de formação à distância, designadamente nas vídeo-gravações das ações de formação, as quais constituem já uma promissora biblioteca digital, de modo a facilitar a autoformação e a conjugação entre a vida particular e as necessidades de formação.

Para este efeito, foi definido um modelo de organização e apresentação dos materiais formativos – modelo que será aplicado aos diversos tipos de produtos formativos: vídeos, livros digitais, publicações em papel e na Internet.

II Aspetos gerais

O Plano Anual de Formação Contínua visa, nos termos do n.º 1 do artigo 73º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, o desenvolvimento das capacidades e competências adequadas ao desempenho profissional e à valorização pessoal, ao longo da carreira de Magistrado, nomeadamente:

- A atualização, o aprofundamento e a especialização dos conhecimentos técnico-jurídicos relevantes para o exercício da função jurisdicional
- O desenvolvimento dos conhecimentos técnico-jurídicos em matéria de cooperação judiciária europeia e internacional
- O aprofundamento da compreensão das realidades da vida contemporânea, numa perspetiva multidisciplinar
- A sensibilização para novas realidades com relevo para a prática judiciária
- O aprofundamento da análise da função social dos Magistrados e o seu papel no âmbito do sistema constitucional
- A compreensão do fenómeno da comunicação social, no contexto da sociedade de informação
- O exame de temas e questões de ética e deontologia profissionais, de forma a proporcionar a aproximação e o intercâmbio de experiências individuais entre os diversos agentes que interagem na administração da justiça e um eficiente relacionamento pessoal e interinstitucional
- Uma cultura judiciária de boas práticas.

III Orientações para a definição de um modelo pedagógico e de comunicação

Propõe-se um conjunto de ações de formação contínua em número que se considera adequado tendo-se também acolhido a ideia, recentemente expressa pelos Conselhos, mas já sedimentada no seio desta Direção, de sempre que possível optar pela descentralização, embora privilegiando a sua realização nos grandes centros urbanos.

A transmissão de sessões de formação contínua através do sistema de videoconferência, pelas razões atrás aludidas, continuará a ser feita, ainda que em moldes reformulados, procurando potenciar os seus aspetos mais positivos e reduzir os negativos.

Serão mantidas as parcerias existentes, designadamente com a DGAJ, IGFEJ, Justiça TV, FCCN e Google (que permitem significativas poupanças e ganhos acrescidos de eficiência e qualidade), e a divulgação em tempo oportuno dos locais de receção.

O novo modelo de ação de formação (que será paulatinamente implementado) passa pela abertura de outras possibilidades, sempre potenciando uma maior descentralização, com uma metodologia mais interativa, sobre a mesma temática e com recurso aos materiais produzidos na sessão base.

Algumas ações de formação terão uma primeira parte comum e transmitida para todos os locais de receção e uma segunda - que decorrerá em formato workshop, nesses locais - terminando, no final do dia, pela transmissão das experiências de cada um deles para todos.

Outras terão o formato tradicional, mas com a presença de um docente do CEJ num dos locais de receção com mais inscritos, o que permitirá maior interação com estes, alargando as possibilidades de debate, transmitida para todos.

Em alternativa ainda, algumas ações poderão ser replicadas em momento posterior e local distinto, caso em que poderão ser utilizadas gravações das intervenções produzidas na sessão base.

Em todas as situações serão encontrados mecanismos adequados a que os magistrados que assistem fora do local onde a ação de formação decorre possam colocar as questões que entendam e participar nos debates.

Do mesmo modo, em todas as ações se prevê a disponibilização prévia aos participantes de dossiers temáticos, utilizando a página do CEJ como repositório dos textos, apresentações e outros documentos relativos a cada uma das atividades de formação, que levarão à conclusão de diversos livros digitais.

Em termos ideais, estes dossiers deverão integrar os elementos pertinentes do direito Europeu aplicável bem como da jurisprudência do TJUE, a jurisprudência do TEDH e de outras instituições internacionais dos direitos do homem, uma seleção da jurisprudência quer do Tribunal Constitucional, quer do Supremo Tribunal de Justiça e ainda, se aplicável, estatísticas da justiça, estudos ou documentos produzidos por outras instituições de referência.

Pretende-se ainda um reforço da formação em Direito Europeu, tanto na sua vertente processual como na sua vertente substantiva.

Entre as inovações, sublinha-se a das intervenções e vídeo-gravações produzidas no exterior, de que é exemplo a intervenção do juiz português do TEDH em sessão de formação sobre a jurisprudência daquele tribunal.

Anote-se que o carácter pioneiro das metodologias acima mencionadas foi reconhecido pela Rede de Formação Judiciária Europeia como modelo a utilizar nas suas atividades.

De forma inovadora e a solicitação dos órgãos competentes (PGDs, Juízes Presidentes e Magistrados do Ministério Público Coordenadores das Comarcas - Jurisdição Comum) e dos Juízes Presidentes dos Tribunais Administrativos e Fiscais (Jurisdição Administrativa e Fiscal) poderão ainda ser realizadas ações de formação específicas e adequadas às concretas necessidades dos magistrados em funções nessas Comarcas e Tribunais.

Finalmente, continuará a propugnar-se por uma escolha criteriosa e variada de formadores, independentemente da sua origem profissional (magistrados, académicos e outros profissionais) orientada por critérios de qualidade e interdisciplinaridade.

IV Termos de referência e justificação

Em obediência aos regulamentos internos, nas atividades de formação contínua visar-se-á ainda:

- Evitar o desperdício da experiência e do conhecimento, de tal modo que, como acima referido, todos os documentos, apresentações, estatísticas e jurisprudência recolhidos para uma ação de formação venham a ser objeto de uma avaliação sistemática tendo em vista a elaboração de livros digitais ou em papel;
- Contribuir para uma reflexão que conjugue os saberes e competências especializadas de outras instituições públicas, quer do Ministério da Justiça quer dos tribunais, beneficiando ainda do aconselhamento de portugueses em exercício de funções em organizações internacionais;
- Contribuir para fornecer aos magistrados elementos que possam ser relevantes para a decisão, designadamente a jurisprudência dos tribunais superiores portugueses e dos tribunais internacionais;
- As ações de formações presenciais serão gravadas e os vídeos disponibilizados conjuntamente com o dossier de formação a todos os magistrados.
- Esta informação, para credibilização da função e dos magistrados, deve estar acessível e deve igualmente permitir-se aos não magistrados o acesso a estas iniciativas – exceto quando, pela natureza das questões a estudar, tal não seja recomendável.
- Potenciar a elaboração de minutas de despacho e padronizar, sempre que conveniente, os procedimentos, com potenciais ganhos de eficiência.

V Formação presencial

Apesar da disponibilidade manifestada junto dos Conselhos Superiores, não foi possível concluir uma alteração da tipologia de ações e sua efetiva avaliação.

Foi colocada aos Conselhos Superiores, tal como consta do Plano Estratégico, a possibilidade de introduzir mecanismos de avaliação no final de cada ação de formação, de modo a distinguir de modo claro a simples presença em ações de formação dos diplomas de aproveitamento. No entanto, a alteração do sistema de acreditação das ações de formação contínua organizadas pelo CEJ só avançará após ter sido estabelecido o consenso necessário.

No que ao CEJ diz respeito, a inscrição nas ações de formação é dirigida ao universo de todos os magistrados, independentemente da respetiva jurisdição, tendo reiterado, junto dos Conselhos, a sua disponibilidade para redefinir o perfil dos cursos de formação especializada e que atualmente são os seguintes:

- Tipo A – Colóquios, 1 dia
- Tipo B – Seminários, 2 dias
- Tipo C – Cursos de Especialização, 3 a 5 dias
- Tipo D – Workshops, Ateliês
- Tipo E – Cursos on-line

Circunstâncias supervenientes poderão levar a eventuais alterações de datas e locais de realização das ações de formação contínua elencadas no presente Plano de Formação.

VI Vagas

As vagas são definidas para cada ação de formação, por magistratura, dentro de cada uma das tipologias apresentadas. Proceder-se ainda à indicação do local onde esta será realizada, e, bem assim, se for caso disso, dos locais onde estará disponível a receção por videoconferência e as vagas aí disponíveis.

As ações de formação contínua Tipo A terão, na maioria, 200 vagas para a formação presencial no local indicado para a sua realização, sendo 100 vagas para a Magistratura Judicial e 100 vagas para a Magistratura do Ministério Público. A ação de formação Tipo A17 terá 150 vagas, sendo 75 para a Magistratura Judicial e 75 vagas para a Magistratura do Ministério Público. A ação de formação Tipo A32 terá 100 vagas, sendo 50 vagas para Magistratura Judicial e 50 vagas para a Magistratura do Ministério Público.

As ações de formação contínua Tipo B terão 200 vagas para a formação presencial no local indicado para a sua realização, sendo 100 vagas para a Magistratura Judicial e 100 vagas para a Magistratura do Ministério Público. O Seminário B1 terá 12 vagas para Juizes/as dos Tribunais comuns (Instâncias Centrais Cíveis e Tribunal da Concorrência) e 3 vagas para Magistrados/as do Ministério Público (Instâncias Centrais Cíveis e Tribunal da Concorrência). **A indicação dos participantes neste Seminário deverá ser feita até ao dia 7 de outubro de 2015.**

As ações de formação contínua Tipo C terão 160 vagas para a formação presencial no local indicado para a sua realização, sendo 80 vagas para a Magistratura Judicial e 80 vagas para a Magistratura do Ministério Público.

As ações de formação contínua Tipo D terão, na maioria, 40 vagas, sendo 20 vagas para a Magistratura Judicial e 20 vagas para a Magistratura do Ministério Público. Exceção é feita para os workshops D9, D11, D14, D15, D17 e D18, os quais terão 70 vagas, sendo 35 vagas para a Magistratura Judicial e 35 vagas para a Magistratura do Ministério Público.

Quanto às ações de formação da Jurisdição Administrativa e Fiscal, as vagas destinadas a Juizes/as serão fixadas em função das inscrições comunicadas ao CEJ pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, sempre dentro dos limites acima indicados (Tipo A 200, Tipo B 200, Tipo C 160 e Tipo D 40).

Quanto às ações de formação contínua transversais, que também envolvam a Jurisdição Administrativa e Fiscal, a fixação final das vagas para Juizes/as desta Jurisdição será feita em função das inscrições comunicadas ao CEJ pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, sempre dentro dos limites acima indicados.

As ações de formação contínua Tipos A, B e C com transmissão à distância, serão transmitidas para as seguintes Comarcas, sempre que haja Magistrados/as inscritos/as e as condições técnicas assim o permitam:

- Comarca de Faro (em local a indicar, em momento próximo da data de realização da ação de formação)
- Comarca de Beja
- Comarca de Évora

- Comarca de Portalegre
- Comarca de Leiria
- Comarca de Castelo Branco (em local a indicar, em momento próximo da data de realização da ação de formação)
- Comarca de Coimbra
- Comarca da Guarda
- Comarca de Viseu
- Comarca de Aveiro
- Comarca de Bragança
- Comarca de Vila Real
- Comarca de Braga (em local a indicar, em momento próximo da data de realização da ação de formação)
- Comarca de Viana do Castelo
- Comarca dos Açores
- Comarca da Madeira

As vagas para cada um dos locais indicados poderão ser acordadas com os Conselhos Superiores consoante as necessidades, não podendo, no entanto, ultrapassar o total de 40 Magistrados em cada local (com exceção do Porto).

As ações de formação contínua da jurisdição Administrativa e Fiscal com transmissão à distância, serão transmitidas para os Tribunais Administrativos e Fiscais sempre que os Magistrados nelas inscritos tenham indicado essa preferência e desde que as condições técnicas assim o permitam.

VII Inscrições

De acordo com o disposto no artigo 77º da Lei nº 2/2008, de 14 de janeiro, os Magistrados que pretendam participar nas atividades de formação requerem a respetiva autorização aos Conselhos Superiores da Magistratura, dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Ministério Público, até ao dia 30 de setembro.

Nestes termos, os/as Juízes/as e os/as Magistrados/as do Ministério Público deverão, para tanto, inscrever-se através do preenchimento de formulário a ser disponibilizado on-line pelo CSM e pelo CSMP, no prazo que vier por estes a ser estipulado.

Os/as Juízes/as dos Tribunais Administrativos e Fiscais deverão preencher a ficha de inscrição divulgada pelo CEJ e remetê-la ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, no prazo e condições definidas por este Conselho Superior.

Considerando os distintos locais para os quais poderá haver transmissão à distância de cada uma das ações de formação, as inscrições deverão ser feitas com a indicação do local onde os participantes pretendem assistir, tendo por base as orientações específicas dadas pelos respetivos Conselhos Superiores nesta matéria.

Terminado o prazo de inscrições, cada um dos Conselhos Superiores informará o CEJ das autorizações concedidas e este, por sua vez, dará conhecimento aos interessados das ações que estão autorizados a frequentar, sem prejuízo das comunicações efetuadas por cada Conselho Superior.

As inscrições dos/as restantes profissionais do direito e de outros/as profissionais decorrerão aquando da divulgação do programa detalhado de cada ação de formação contínua, de acordo com metodologia a divulgar oportunamente.

Os/as Juízes/as Conselheiros/as e Juízes/as Desembargadores/as poderão inscrever-se para qualquer das ações de formação contínua, junto do CEJ, para o endereço de correio eletrónico formacao-def@mail.cej.mj.pt ou por fax 218 845 615, após a divulgação do respetivo programa.

A inscrição nas ações de formação contínua Tipo A1, A12, A18 e A32 e Tipo B4, impede a inscrição nos workshops (Tipo D) com o mesmo título e sobre a mesma temática (e vice-versa).

O Centro de Estudos Judiciários, a pedido do interessado, certificará a frequência nas ações de formação contínua.

VIII Ações de Formação por Tipologia

8.1 Cursos Intensivos

Retomando uma iniciativa lançada em anos anteriores, mas alargando consideravelmente o respetivo âmbito e reforçando ainda mais o seu cariz interativo, o CEJ irá levar a efeito nos meses de outubro e novembro próximos uma série de cursos intensivos particularmente dirigidos aos magistrados que exercem funções em tribunais de competência especializada.

Em cada uma dessas atividades será utilizada a metodologia própria das atividades em workshop, sendo dirigidas a um máximo de 20 participantes por curso.

As temáticas e a duração de cada um dos cursos propostos serão as seguintes:

- a) Execução de penas – 2 dias
- b) Execuções cíveis – 2 dias
- c) Tribunais de Comércio – 2 dias
- d) Tribunais Administrativos – 4 dias
- e) Tribunais Penais – 3 dias
- f) Família e Crianças – 4 dias
- g) Tribunais do Trabalho – 4 dias

Na prossecução de uma política de formação descentralizada e visando, ao mesmo tempo, corresponder às expectativas dos Conselhos, cada um destes cursos poderá ser replicado durante o referido período temporal em diferentes locais do país, antecipando-se, preliminarmente, e sem prejuízo de as necessidades aconselharem a adoção de diferente planeamento, a realização de dois cursos no que concerne às matérias referidas nas alíneas a) a e), e de quatro no que se refere às duas restantes.

A identificação dos magistrados judiciais e do Ministério Público que participarão em tais cursos é da exclusiva responsabilidade dos Conselhos respetivos.

Só após a comunicação ao CEJ das respetivas listas, serão definidos os concretos locais e datas para a realização dos cursos.

8.2 Ações de Formação Contínua Tipo A – Colóquios

8.2.1 Metodologia

Conferências de um dia, seguidas de debate entre os participantes ou intervenções de fundo e mesas temáticas, com abordagem de matérias e ou questões previamente recolhidas junto dos/as Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público inscritos/as.

8.2.2 Destinatários

As ações de formação contínua Tipo A são, na sua maioria, destinadas a Juízes/as, Magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense. Estas ações de formação serão transmitidas à distância, de acordo com o quadro abaixo.

Quadro das Ações de Formação Contínua Tipo A

Código e Tema da Ação de Formação Contínua		Local	Data	Obs.
A1	Proteção de direitos de personalidade dos sujeitos da relação laboral ^{1*}	Lisboa	20 nov 2015	sem transmissão
A2	Processos cautelares e contencioso tributário	Lisboa	20 nov 2015	com transmissão
A3	Ética e deontologia	Lisboa	27 nov 2015	com transmissão
A4	Contratos públicos, em particular, o equilíbrio contratual; a modificação do contrato por alteração das circunstâncias; a responsabilidade contratual num contexto de modificações de contrato; a relevância do princípio da boa-fé e da confiança nas relações contratuais	Lisboa	27 nov 2015	com transmissão
A5	Tráfico de seres humanos	Lisboa	4 dez 2015	com transmissão
A6	A função e os poderes dos novos órgãos de gestão das comarcas	Lisboa	4 dez 2015	com transmissão
A7	Confiança na Justiça	Lisboa	11 dez 2015	com transmissão
A8	O Contrato de seguro de acidente de trabalho	Lisboa	11 dez 2015	com transmissão
A9	Mediação familiar e técnicas de mediação nas secções de família	Lisboa	18 dez 2015	com transmissão
A10	A nova orgânica judiciária em balanço – pontos positivos e negativos da reforma da organização judiciária e sugestões para a sua melhoria	Lisboa	18 dez 2015	com transmissão
A11	Violência no quadro familiar e para-familiar	Lisboa	8 jan 2016	com transmissão
A12	Violência doméstica e de género e mutilação genital feminina ²	Lisboa	22 jan 2016	sem transmissão
A13	Comunicar a Justiça	Lisboa	29 jan 2016	com transmissão
A14	Parentalidade e filiação	Lisboa	5 fev 2016	com transmissão
A15	Doenças profissionais	Lisboa	12 fev 2016	com transmissão
A16	A interação do Direito Administrativo com o Direito Civil	Lisboa	26 fev 2016	com transmissão
A17	O novo regime do inventário	Lisboa	4 mar 2016	com transmissão
A18	Crimes negligentes e, em especial, a negligência médica ³	Lisboa	11 mar 2016	sem transmissão
A19	Direito Fiscal Internacional	Lisboa	11 mar 2016	com transmissão
A20	Implementação dos Direitos Fundamentais: tendências internacionais	Lisboa	18 mar 2016	com transmissão
A21	Direito probatório, substantivo e processual	Lisboa	1 abr 2016	com transmissão
A22	Cooperação judiciária internacional em matéria penal	Lisboa	15 abr 2016	com transmissão
A23	Humor, Direito e Liberdade de expressão	Lisboa	22 abr 2016	com transmissão
A24	Terrorismo, criminalidade violenta e organizada: instrumentos legais	Lisboa	6 mai 2016	com transmissão

¹ A inscrição no Colóquio A1 impede a inscrição nos workshops D6 e D8

² A inscrição no Colóquio A12 impede a inscrição nos workshops D1, D2 e D3

³ A inscrição no Colóquio A18 impede a inscrição nos workshops D10, D12 e D16

A25	Direitos das pessoas com deficiência	Lisboa	6 mai 2016	com transmissão
A26	Direito bancário – novas tendências face à atual crise financeira e às suas repercussões jurídicas, em especial, os <i>swaps</i>	Lisboa	13 mai 2016	com transmissão
A27	Nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Lei n.º 35/2014, de 20 de junho	Lisboa	13 mai 2016	com transmissão
A28	A vítima em Direito Penal	Lisboa	20 mai 2016	com transmissão
A29	Insolvência e contencioso tributário	Lisboa	20 mai 2016	com transmissão
A30	Ações especiais: divisão de coisa comum/ fixação judicial de prazo/ prestação de contas	Lisboa	27 mai 2016	com transmissão
A31	O regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública	Lisboa	27 mai 2016	com transmissão
A32	Gestão do Stress ⁴	Lisboa	3 jun 2016	sem transmissão
A33	Novas realidades laborais	Lisboa	3 jun 2016	com transmissão
A34	Direito Internacional da Família – alguns instrumentos internacionais e sua concretização judiciária (casos práticos)	Lisboa	17 jun 2016	com transmissão
A35	Faces da Retórica	Lisboa	17 jun 2016	com transmissão
A36	Imagem e voz	Lisboa	8 jul 2016	com transmissão

⁴ A inscrição no Colóquio A32 impede a inscrição nos workshops D11 e D13

8.3 Ações de Formação Contínua Tipo B – Seminários

8.3.1 Metodologia

Pretende-se o desenvolvimento de várias vertentes de um mesmo tema central, tendo como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

8.3.2 Destinatários

As ações de formação Tipo B são destinadas a Juizes/as, Magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense. Os seminários serão alvo de transmissão à distância, de acordo com a indicação no quadro abaixo.

Quadro das Ações de Formação Contínua Tipo B

Código e Tema da Ação de Formação Contínua	Local	Data	Obs.
B1 Ações de indemnização por violação das regras de concorrência*	Porto	20 e 21 nov 2015	sem transmissão
B2 Seminário sobre Migrações	Lisboa	23 e 24 nov 2015	com transmissão
B3 História da Justiça: a organização da justiça do absolutismo ao século XXI (com a FDUL, FDUNL e a Rede Ibérica de Investigadores de História Judiciária)	Lisboa	1 e 2 dezembro 2015	sem transmissão
B4 Insolvência e Processo Especial de Revitalização ⁵	Lisboa	3 e 4 dez 2015	sem transmissão
B5 A Reforma do Direito Processual Administrativo	Lisboa	17 e 18 dez 2015	com transmissão
B6 Contraordenações tributárias	Lisboa	14 e 15 jan 2016	com transmissão
B7 Direito europeu	Lisboa	18 e 19 fev 2016	com transmissão
B8 Psicologia Judiciária	Lisboa	3 e 4 mar 2016	com transmissão
B9 Balanço do Novo Processo Civil	Lisboa	10 e 11 mar 2016	com transmissão
B10 Código de Procedimento Administrativo	Lisboa	17 e 18 mar 2016	com transmissão
B11 Prova em Direito Penal, cibercriminalidade e prova digital	Lisboa	7 e 8 abr 2016	com transmissão
B12 Arrendamento	Lisboa	14 e 15 abr 2016	com transmissão
B13 Conferência em colaboração com a OIT	Lisboa	21 e 22 de abr 2016	com transmissão
B14 Curso Breve de Inglês Jurídico (pós-laboral)	Lisboa	jan a jul de 2016	Calendário de sessões a divulgar
B15 Curso Breve de Inglês Jurídico	Porto	Em data a indicar	3 sessões de 1 dia, em datas a indicar
B16 Curso Avançado de Inglês Jurídico (pós- laboral)	Lisboa	jan a jul de 2016	Calendário de sessões a divulgar

*Inscrições até 7 de outubro

⁵ A inscrição no seminário B4 impede a inscrição nos workshops D4, D5 e D7

8.4 Ações de Formação Contínua Tipo C – Cursos de Especialização

8.4.1 Metodologia

Curso aprofundado de 3 ou mais dias de formação que visa o aprofundamento dos conhecimentos dos participantes, numa perspetiva de aplicação judiciária das matérias.

8.4.2 Destinatários

Os Cursos de Especialização (ações de formação contínua Tipo C) são, tendencialmente, reservados a Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. A transmissão destes Cursos será efetuada nos casos assinalados no quadro abaixo.

Quadro das Ações de Formação Contínua Tipo C

Código e Tema da Ação de Formação Contínua		Local	Data	Obs.
C1	Temas de Direito Civil e Processual Civil		8, 15, 22 e 29 jan 2016	com transmissão
C2	Temas de Direito Penal e Processual Penal		5, 12, 19 e 26 fev 2016	com transmissão
C3	Temas de Direito Administrativo		5, 12, 19 e 26 fev 2016	com transmissão
C4	Temas de Direito do Trabalho e de Processo do Trabalho		4 e 11 mar e 1 e 8 abr 2016	com transmissão
C5	Temas de Direito Tributário		1, 8, 15 e 22 abr 2016	com transmissão
C6	Temas de Direito da Família e das Crianças		6, 13, 20 e 27 mai 2016	com transmissão

8.5 Ações de Formação Contínua Tipo D – Workshops

8.5.1 Metodologia

Cursos práticos e em pequenos grupos, visando o desenvolvimento de competências específicas para o exercício de funções dos magistrados e a aprovação de guias de boas práticas.

Para além das temáticas que a seguir se indicarão, importa tomar em consideração que os cursos intensivos e as ações de tipo A podem vir a ser desdobradas em ações de tipo D, descentralizadas.

8.5.2 Destinatários

As ações de formação contínua Tipo D são, na maioria, destinadas a Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público e abertas também a outros/as profissionais da área forense. Decorrerão presencialmente, nos locais indicados, sem transmissão à distância.

Quadro das Ações de Formação Contínua Tipo D⁶

Código e Tema da Ação de Formação Contínua		Local	Data
D1	Violência doméstica e de género ⁷	Lisboa	22 jan 2016
D2	Violência doméstica e de género ⁷	Comarca de Braga	22 jan 2016
D3	Violência doméstica e de género ⁷	Comarca de Aveiro	22 jan 2016
D4	Insolvência e Processo Especial de Revitalização ⁸	Porto	8 abril 2016
D5	Insolvência e Processo Especial de Revitalização ⁸	Comarca de Coimbra	5 mai 2016
D6	Proteção de direitos de personalidade dos sujeitos da relação laboral ⁹	Comarca de Braga	12 mai 2016
D7	Insolvência e Processo Especial de Revitalização ⁸	Comarca de Faro	19 mai 2016
D8	Proteção de direitos de personalidade dos sujeitos da relação laboral ⁹	Comarca de Coimbra	26 mai 2016
D9	“Direito dos Estrangeiros”: regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional	Lisboa	3 junho 2016
D10	Crimes negligentes e, em especial, a negligência médica ¹⁰	Comarca de Faro	16 jun 2016
D11	Gestão do Stress ¹¹	Porto	17 jun 2016
D12	Crimes negligentes e, em especial, a negligência médica ¹⁰	Comarca de Viana do Castelo	23 jun 2016
D13	Gestão do Stress ¹¹	Comarca de Coimbra	24 jun 2016
D14	Gestão processual (MJ)	Lisboa	24 jun 2016

⁶ As ações de formação Tipo D não têm transmissão à distância

⁷ A inscrição nos workshops D1, D2 e D3 impede a inscrição no Colóquio A12

⁸ A inscrição nos workshops D4, D5 e D7 impede a inscrição no seminário B4

⁹ A inscrição nos workshops D6 e D8 impede a inscrição no Colóquio A1

¹⁰ A inscrição nos workshops D10, D12 e D16 impede a inscrição no Colóquio A18

¹¹ A inscrição nos workshops D11 e D13 impede a inscrição no Colóquio A32

D15	Métodos de Organização e Gestão Processual (MP)	Lisboa	24 jun 2016
D16	Crimes negligentes e, em especial, a negligência médica ¹⁰	Comarca de Viseu	30 jun 2016
D17	Os institutos da simplificação e consensualização	Lisboa	1 jul 2016
D18	O <i>private enforcement</i> do Direito da Concorrência	Santarém	1 jul 2016

Na sequência da publicação e definição do momento de entrada em vigor do CPTA, o CEJ organizará, na linha do que em 2013-2014 foi feito a propósito do novo CPC, uma série de ações de formação descentralizadas, em formato workshop, com equipas de docentes e outros formadores, que se deslocarão aos Tribunais Administrativos e Fiscais, nas quais se procurará, de forma interativa com os magistrados inscritos, não só divulgar as linhas orientadoras do novo Código, como fazer a abordagem sistemática das principais questões por ele suscitadas, ao nível da tramitação processual, numa perspetiva prática.

8.6 Ações de Formação Contínua Tipo E – Cursos on-line

Quadro das Ações de Formação Contínua Tipo E

Código e Tema da Ação de Formação Contínua		Obs.
E1	Recuperação de ativos	com avaliação
E2	Inglês Jurídico b-learning	Com sessão presencial final obrigatória
E3	Contabilidade básica para juristas	com avaliação

XIX Ações de Formação por Jurisdição

9.1 Tribunais Administrativos e Fiscais

- Ações de Formação Contínua Tipo A¹

Código e Tema	A2 – Processos cautelares e Contencioso Tributário
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as especificidades do regime da tutela cautelar no contencioso tributário: o regime constante no CPPT, a relação com o CPTA e a sua crescente importância no contexto das recentes alterações ao contencioso urgente associado à execução fiscal.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 20 de novembro 2015
Código e Tema	A4 – Contratos públicos, em particular, o equilíbrio contratual; a modificação do contrato por alteração das circunstâncias; a responsabilidade contratual num contexto de modificações de contrato; a relevância do princípio da boa-fé e da confiança nas relações contratuais
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a temática dos poderes de conformação da relação contratual, co-relacionando-os com a relevância do fator tempo, apreciando a matéria do equilíbrio contratual, da modificação do contrato por alteração das circunstâncias e da responsabilidade que daí pode derivar. Proceder ao enquadramento doutrinário da matéria e indicar as linhas jurisprudenciais que têm sido seguidas.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 27 de novembro 2015
Código e Tema	A19 – Direito Fiscal Internacional
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar os problemas atuais e candentes em matéria de direito fiscal internacional, à luz das recentes alterações à CM OCDE e ao plano de ação para o combate à erosão da base tributária e à transferência de lucros.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 11 de março 2016
Código e Tema	A27 – Nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Lei n.º 35/ 2014, de 20 de junho
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as recentes alterações legislativas e os problemas jurídico-práticos que a Lei n.º 35/ 2014, de 20 de Junho, suscita.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 13 de maio 2016
Código e Tema	A29 – Insolvência e Contencioso Tributário
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as particularidades do regime fiscal português das sociedades insolventes
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 20 de maio 2016

¹ Colóquios de 1 dia

Código e Tema	A31 – O regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública
----------------------	--

Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Analisar as recentes alterações legislativas e os problemas jurídico-práticos que o regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais levanta. Apreciar as exigências de tutela jurisdicional efetiva nestas matérias à luz do contencioso administrativo e dos meios processuais.
------------------	---

Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 27 de maio 2016

- Ações de Formação Contínua Tipo B²

Código e Tema	B5 – A Reforma do Direito Processual Administrativo
----------------------	--

Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Analisar as alterações legislativas introduzidas ao direito processual administrativo, no que respeita ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos. Destacar as alterações no âmbito da jurisdição dos Tribunais Administrativos, manifestadas no alargamento da sua competência material, na nova forma de processo urgente (procedimento por massa) e as alterações do regime e tramitação da ação administrativa, assim como a aproximação ao regime processual civil. Merecerão ainda atenção a intimação para prestação de informação e passagem de certidão, no que respeita à relação entre a fase administrativa e a fase contenciosa e o papel da CADA, as novas indemnizações por sacrifício, o âmbito da intervenção processual do Ministério Público no contencioso administrativo, o regime das providências cautelares e da tutela urgente e a ação de contencioso pré-contratual.
------------------	--

Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
----------------------	--

Data e local	Lisboa, 17 e 18 de dezembro 2015
---------------------	----------------------------------

Código e Tema	B6 – Contraordenações tributárias
----------------------	--

Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Analisar o regime aplicável às contraordenações tributárias, à luz dos desafios atuais nesta matéria: os princípios gerais, a relação com os regimes subsidiariamente aplicáveis e as normas processuais e materiais constantes no RGIT.
------------------	--

Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
----------------------	--

Data e local	Lisboa, 14 e 15 de janeiro 2016
---------------------	---------------------------------

Código e Tema:	B10 – Código de Procedimento Administrativo
-----------------------	--

Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Próximo de completar um ano da entrada em vigor do novo Código de Procedimento Administrativo pretende-se analisar e debater o modo como o novo CPA está a ser interpretado e aplicado, seja por parte da Administração Pública, seja pela dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Merecerão ainda destaque os novos princípios gerais da atividade administrativa; o regime de invalidade do ato administrativo; o novo regime do regulamento administrativo; as novas exigências colocadas pela tramitação eletrónica do procedimento administrativo; a revogação de atos constitutivos de direitos por razões de mérito e por alteração objetiva das circunstâncias; os atos precários e sua alteração; e os procedimentos revisivos da reclamação e do recurso hierárquico.
------------------	--

Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
----------------------	--

Data e local	Lisboa, 17 e 18 de março 2016
---------------------	-------------------------------

² Seminários de 2 dias

• Ações de Formação Contínua Tipo C³

Código e Tema	C3 – Temas de Direito Administrativo
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Procurando dar resposta às principais necessidades formativas da jurisdição administrativa, incidirão os temas de direito administrativo sobre as alterações legislativas introduzidas no âmbito do direito do urbanismo e do ambiente; a responsabilidade civil extracontratual do Estado (responsabilidade do Regulador e das Entidades Administrativas Independentes, por falta de supervisão bancária, a responsabilidade civil por omissão regulamentar e a responsabilidade pelo sacrifício; o dano não patrimonial; o regime da execução de julgado, incluindo a indemnização devida por inexecução do julgado, em sede de ações de atos e de contratos e outras questões de natureza processual.
Destinatários	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 5, 12, 19 e 26 de fevereiro 2016

Código e Tema	C5 – Temas de Direito Tributário
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Analisar e discutir os problemas atuais do direito fiscal, nacional, europeu e internacional, e do contencioso tributário: as mais recentes alterações legislativas e jurisprudenciais relativamente ao regime dos vários impostos, taxas e contribuições financeiras; o contencioso tributário europeu e a mais recente jurisprudência do Tribunal de Justiça; os princípios de direito fiscal internacional, a CM OCDE, a evolução recente dos trabalhos da OCDE em torno do plano de ação BEPS e a articulação com o direito europeu.
Destinatários	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 1, 8, 15 e 22 de abril 2016

³ Cursos de Especialização de 4 dias

9.2 Tribunais Judiciais

9.2.1 Categoria: Jurisdição Civil, Processual Civil e Comercial

- Ações de Formação Contínua Tipo A¹

Código e Tema	A16 – A interação do Direito Administrativo com o Direito Civil
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem dos conflitos de jurisdição mais prementes em áreas como a responsabilidade civil hospitalar, os acidentes de viação e o domínio público hídrico.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 26 de fevereiro 2016
Código e Tema	A17 – O novo regime do processo de inventário
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Análise do regime jurídico do Processo de Inventário, com particular enfoque na intervenção do Juiz, na legitimidade e intervenção do Ministério Público e na articulação das competências do Notário, do Juiz e do Ministério Público; • Perceção de problemas jurídicos atinentes à remessa do processo para os meios comuns; • Abordagem de questões de Direito das Sucessões.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 4 de março 2016
Código e Tema	A21 – Direito probatório, substantivo e processual
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Domínio dos princípios fundamentais da prova em processo civil; • Análise do elenco dos meios de prova na lei civil; • Aprofundamento dos novos meios de prova na lei processual civil: declarações de parte e verificações não judiciais qualificadas; • Discussão em torno da prova ilícita no processo civil; • Debate sobre a valoração dos factos na análise crítica da prova.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 1 de abril 2016
Código e Tema	A26 – Direito bancário – novas tendências face à atual crise financeira e às suas repercussões jurídicas, em especial, os <i>swaps</i>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de diversos contratos bancários e produtos financeiros na atual conjuntura socioeconómica, designadamente os <i>swaps</i>; • Análise de casos de responsabilidade civil bancária à luz da doutrina e jurisprudência recentes.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 13 de maio 2016
Código e Tema	A30 – Ações especiais: divisão de coisa comum/ fixação judicial de prazo/ prestação de contas
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo do processo especial de divisão de coisa comum; • Análise do processo especial de fixação judicial de prazo; • Aprofundamento do processo especial de prestação de contas.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 27 de maio 2016

¹ Colóquios de 1 dia

• Ações de Formação Contínua Tipo B²

Código e Tema	B1 – Ações de indemnização por violação das regras de concorrência (parceria do CEJ com a Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa)
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Sessão plenária e vários workshops sobre a Diretiva 2014/104/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de novembro de 2014, relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infração às disposições do Direito da Concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia; dar a conhecer o regime da Diretiva incidindo, nomeadamente, sobre o acesso à documentação na posse de terceiros e/ou de autoridades nacionais de concorrência, e as limitações aplicáveis aos documentos relacionados com a(s) declaração(ões) de clemência e as propostas de transação, bem como aos documentos relacionados com processos ainda em curso na autoridade nacional da concorrência; responsabilidade solidária dos infratores (e questões conexas, designadamente em sede de transações amigáveis); presunção de danos em infrações de cartel; a questão da prescrição e o problema da quantificação dos danos.
Destinatários	Juízes/as em funções nas Instâncias Centrais Cíveis e no Tribunal da Concorrência (12 vagas); Magistrados/as do Ministério Público em funções nas Instâncias Centrais Cíveis, no Tribunal da Concorrência e nos Tribunais Administrativos (3 vagas)
Data e local	Porto, 20 e 21 de novembro 2015
Código e Tema	B4 – Insolvência e Processo Especial de Revitalização
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Abordagem, numa perspetiva prática, da tramitação do processo de insolvência, de pessoas singulares e de pessoas coletivas; Análise de questões práticas relacionadas com o processo especial de revitalização, previsto nos artigos 17.º-A a 17.º-I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa; Debate com os/as Juízes/as e os/as Magistrados/as do Ministério Público presentes, promovendo-se a discussão sobre as soluções legislativas encontradas e a sua forma de aplicação aos casos concretos.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 3 e 4 de dezembro 2015
Código e Tema	B7 – Direito Europeu
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Análise de questões relevantes em torno dos principais Regulamentos europeus em matéria civil e comercial.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 18 e 19 de fevereiro 2016
Código e Tema	B9 – Balanço do Novo Processo Civil
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Apreciar e debater os reflexos do Código de Processo Civil de 2013 na prática judiciária; Identificar e aprofundar as questões mais controversas suscitadas pela aplicação deste Código.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 10 e 11 de março 2016
Código e Tema	B12 – Arrendamento
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Análise de diversas questões no âmbito do Novo Regime do Arrendamento Urbano, em especial as atinentes à cessação do contrato de arrendamento, à atualização das rendas e à tramitação do procedimento especial de despejo.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 14 e 15 de abril 2016

² Seminários de 2 dias

• Ações de Formação Contínua Tipo C³

Código e Tema	C1 – Temas de Direito Civil e Processual Civil
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Aprofundamento do regime jurídico de alguns contratos em especial;• Análise de questões no âmbito da responsabilidade civil profissional (advogados, médicos, agentes de execução, etc.• Debate em torno dos institutos do enriquecimento sem causa e da responsabilidade pré-contratual.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 8, 15, 22 e 29 de janeiro 2016

• Ações de Formação Contínua Tipo D⁴

Código e Tema	D5 – Insolvência e Processo Especial de Revitalização
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Abordagem, numa perspetiva prática, da tramitação do processo de insolvência, de pessoas singulares e de pessoas coletivas;• Análise de questões práticas relacionadas com o processo especial de revitalização, previsto nos artigos 17.º-A a 17.º-I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa;• Debate com os/as Juízes/as e os/as Magistrados/as do Ministério Público presentes, promovendo-se a discussão sobre as soluções legislativas encontradas e a sua forma de aplicação aos casos concretos.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros profissionais da área forense
Data e local	Porto, 8 de abril 2016

Código e Tema	D6 – Insolvência e Processo Especial de Revitalização
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Abordagem, numa perspetiva prática, da tramitação do processo de insolvência, de pessoas singulares e de pessoas coletivas;• Análise de questões práticas relacionadas com o processo especial de revitalização, previsto nos artigos 17.º-A a 17.º-I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa;• Debate com os/as Juízes/as e os/as Magistrados/as do Ministério Público presentes, promovendo-se a discussão sobre as soluções legislativas encontradas e a sua forma de aplicação aos casos concretos.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Coimbra, 5 de maio 2016

Código e Tema	D8 – Insolvência e Processo Especial de Revitalização
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Abordagem, numa perspetiva prática, da tramitação do processo de insolvência, de pessoas singulares e de pessoas coletivas;• Análise de questões práticas relacionadas com o processo especial de revitalização, previsto nos artigos 17.º-A a 17.º-I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa;• Debate com os/as Juízes/as e os/as Magistrados/as do Ministério Público presentes, promovendo-se a discussão sobre as soluções legislativas encontradas e a sua forma de aplicação aos casos concretos.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Comarca de Faro, 19 de maio 2016

³ Cursos de Especialização de 4 dias

⁴ Workshops

Código e Tema	D16 – O <i>private enforcement</i> do Direito da Concorrência
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Estudo e debate sobre a Diretiva 2014/104/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de novembro de 2014, relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infração às disposições do Direito da Concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia, a qual reafirma o acervo comunitário relativo ao direito à reparação por danos causados por infração ao direito da concorrência, especialmente no que respeita à definição e à quantificação do dano;• Análise de questões práticas em <i>private enforcement</i> por cartéis e por abuso de posição dominante.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público em funções nas Instâncias Centrais Cíveis e no Tribunal da Concorrência; Juízes/as dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Santarém, 1 de julho 2016

9.2.2 Categoria: Jurisdição Penal e Processual Penal

- Ações de Formação Contínua Tipo A¹

Código e Tema	A5 – Tráfico de Seres Humanos
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Contextualizar juridicamente o fenómeno ao nível do Direito Internacional • Aprofundar a análise de situações de risco de modo a facilitar uma compreensão multidisciplinar do tráfico de seres humanos • Analisar a problemática da prova indireta na investigação e julgamento do tráfico de seres humanos.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 4 de dezembro 2015

Código e Tema	A12 – Violência doméstica e de género e mutilação genital feminina
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar o estudo do crime de violência doméstica à luz das recentes alterações legislativas • Analisar a especificidade do estatuto da vítima do crime de violência doméstica e sua correlação com a implementação de uma justiça restaurativa.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 22 de janeiro 2016

Código e Tema	A18 – Crimes negligentes e, em especial, a negligência médica
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Análise das principais questões se colocam no tratamento dos crimes negligentes, numa perspetiva multidisciplinar, e abordagem das especificidades relativas à descrição fáctica e à recolha e apreciação da prova nos principais tipos de ilícito negligentes, especialmente na negligência médica.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 11 de março 2016

Código e Tema	A22 – Cooperação judiciária internacional em matéria penal
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e contextualização prática dos principais instrumentos legais e institucionais atinentes à cooperação judiciária internacional em matéria penal, visando a otimização da sua utilização, nomeadamente dos meios disponíveis <i>on-line</i>.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 15 de abril 2016

Código e Tema	A24 – Terrorismo, criminalidade violenta e organizada: instrumentos legais
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo e compreensão multidisciplinar do fenómeno do terrorismo, bem como das novas formas de criminalidade violenta e organizada e dos principais instrumentos legais, nacionais e internacionais, adequados para os prevenir e combater.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 6 de maio 2016

Código e Tema	A28 – A vítima em Direito Penal
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem multidisciplinar do estatuto da vítima no processo penal, com especial incidência nos institutos relativos ao tratamento devido à vítima; estudo dos novos instrumentos legais aplicáveis e a sua inserção no âmbito da justiça restaurativa.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 20 de maio 2016

¹ Colóquios de 1 dia

• Ações de Formação Contínua Tipo B²

Código e Tema	B11 – Prova em Direito Penal, cibercriminalidade e prova digital
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">Aprofundar a análise e compreensão do quadro legal e das principais questões práticas que se colocam na produção, apreciação e valoração crítica da prova em processo penal, especialmente no meio digital, bem como das novas formas de cibercriminalidade.
Destinatários	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 7 e 8 de abril 2016

• Ações de Formação Contínua Tipo C³

Código e Tema	C2 – Temas de Direito Penal e Processual Penal
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">Desenvolver e aprofundar os conhecimentos relativos a determinadas temáticas do âmbito penal substantivo e processual que, pela sua atualidade e iminente interesse prático, mereçam um tratamento particular, bem como o estudo e aperfeiçoamento de específicos meios processuais de investigação, recolha e conservação da prova.
Destinatários	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 5, 12, 19 e 26 de fevereiro 2016

• Ações de Formação Contínua Tipo D⁴

Código e Tema	D2 – Violência doméstica e de género
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">Discussão tópico-problemática e casuística de questões previamente selecionadas, de importância prática comprovadamente reconhecida, procurando-se o envolvimento direto e ativo de todos os participantes, incluindo a análise de peças processuais adjetiva e substantivamente relevantes, de molde a extrair boas práticas judiciais especialmente correlacionadas com o crime de violência doméstica.
Destinatários	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 22 de janeiro 2016

Código e Tema	D3 – Violência doméstica e de género
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">Discussão tópico-problemática e casuística de questões previamente selecionadas, de importância prática comprovadamente reconhecida, procurando-se o envolvimento direto e ativo de todos os participantes, incluindo a análise de peças processuais adjetiva e substantivamente relevantes, de molde a extrair boas práticas judiciais especialmente correlacionadas com o crime de violência doméstica.
Destinatários	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Comarca de Braga, 22 de janeiro 2016

² Seminários de 2 dias

³ Cursos de Especialização de 4 dias

⁴ Workshops

Código e Tema	D4 – Violência doméstica e de género
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão tópico-problemática e casuística de questões previamente selecionadas, de importância prática comprovadamente reconhecida, procurando-se o envolvimento direto e ativo de todos os participantes, incluindo a análise de peças processuais adjetiva e substantivamente relevantes, de molde a extrair boas práticas judiciais especialmente correlacionadas com o crime de violência doméstica.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Comarca de Aveiro, 22 de janeiro 2016
Código e Tema	D10 – “Direito dos Estrangeiros”: regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar as especificidades jurídicas desta temática centrando a análise no primeiro interrogatório e julgamento • Explorar novas realidades jurídicas emergentes do contexto atual atinente aos refugiados.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 3 de junho 2016
Código e Tema	D11 – Crimes negligentes e, em especial, a negligência médica
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão tópico-problemática e casuística de questões previamente selecionadas, de importância prática comprovadamente reconhecida, procurando-se o envolvimento direto e ativo de todos os participantes, incluindo a análise de peças processuais adjetiva e substantivamente relevantes, de molde a extrair boas práticas judiciais especialmente correlacionadas com os crimes negligentes.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Comarca de Faro, 16 de junho 2016
Código e Tema	D13 – Crimes negligentes e, em especial, a negligência médica
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão tópico-problemática e casuística de questões previamente selecionadas, de importância prática comprovadamente reconhecida, procurando-se o envolvimento direto e ativo de todos os participantes, incluindo a análise de peças processuais adjetiva e substantivamente relevantes, de molde a extrair boas práticas judiciais especialmente correlacionadas com os crimes negligentes.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Comarca de Viana do Castelo, 23 de junho 2016
Código e Tema	D17 – Crimes negligentes e, em especial, a negligência médica
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão tópico-problemática e casuística de questões previamente selecionadas, de importância prática comprovadamente reconhecida, procurando-se o envolvimento direto e ativo de todos os participantes, incluindo a análise de peças processuais adjetiva e substantivamente relevantes, de molde a extrair boas práticas judiciais especialmente correlacionadas com os crimes negligentes.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Comarca de Viseu, 30 de junho 2016
Código e Tema	D18 – Os institutos da simplificação e consensualização
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento do nível de conhecimento e otimização da capacidade de aplicação prática dos principais instrumentos legais de simplificação e consensualização no âmbito penal, com o recurso a casos concretos.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 1 de julho 2016

9.2.3 Categoria: Jurisdição de Família e Crianças

- Ações de Formação Contínua Tipo A¹

Código e Tema	A9 – Mediação familiar e técnicas de mediação nas secções de família
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão do papel da mediação no novo modelo legal do Processo Tutelar Cível.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 18 de dezembro 2015

Código e Tema	A11 – Violência no quadro familiar e para-familiar
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem das questões relacionadas com a violência doméstica e as suas implicações no bem-estar e desenvolvimento da criança e do jovem.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 8 de janeiro 2016

Código e Tema	A14 – Parentalidade e Filiação
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização para o exercício das responsabilidades parentais no novo modelo substantivo e processual. • As novas competências das secções de família no âmbito do estabelecimento/impugnação da filiação.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 5 de fevereiro 2016

Código e Tema	A34 – Direito Internacional da Família – alguns instrumentos internacionais e sua concretização judiciária (casos práticos)
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Apelo ao melhor conhecimento e aplicação dos instrumentos internacionais na área do Direito da Família e das Crianças.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 17 de junho 2016

- Ações de Formação Contínua Tipo B²

Código e Tema	B8 – Psicologia Judiciária
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização para, designadamente: <ol style="list-style-type: none"> 1) a importância desta área do conhecimento na análise, avaliação e decisão das situações que envolvem as crianças ou jovens; 2) as etapas do desenvolvimento da criança; 3) a revitimização da criança; 4) as falsas memórias da criança.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 3 e 4 de março 2016

¹ Colóquios de 1 dia

² Seminários de 2 dias

- Ações de Formação Contínua Tipo C³

Código e Tema	C6 – Temas de Direito da Família e das Crianças
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Abordagem, numa perspetiva judiciária, dos principais temas do direito da família e das crianças, selecionados em função da sua atualidade e interesse prático, proporcionando uma:<ul style="list-style-type: none">• a) visão integrada e interdisciplinar sobre grandes temas do direito da família e das crianças;• b) discussão das práticas judiciárias, com vista à desejada uniformização de procedimentos tendo em consideração, nomeadamente, as recentes alterações legislativas no Código Civil; no regime tutelar cível; no processo de adoção e na lei de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 6, 13, 20 e 27 de maio 2016

³ Cursos de Especialização de 4 dias

9.2.4 Categoria: Jurisdição Laboral

- Ações de Formação Contínua Tipo A¹

Código e Tema	A1 – Proteção de direitos de personalidade dos sujeitos da relação laboral
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e discussão das questões inerentes à proteção dos direitos fundamentais e de personalidade dos sujeitos da relação laboral • Em especial, serão abordadas as questões decorrentes e das situações de colisão entre os direitos de personalidade dos/as trabalhadores e os interesses da empresa.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 20 de novembro 2015

Código e Tema	A8 – O contrato de seguro de acidente de trabalho
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem dos principais problemas suscitados em torno da validade, eficácia, e âmbito de cobertura do contrato de seguro de acidente de trabalho.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 11 de dezembro 2015

Código e Tema	A15 – Doenças profissionais
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Análise do regime substantivo e processual das doenças profissionais, com especial enfoque nas suas especificidades ao nível da qualificação, da avaliação das incapacidades e do cálculo das prestações.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 12 de fevereiro 2016

Código e Tema	A33 – Novas realidades laborais
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Análise das repercussões de fenómenos mais recentes do mercado laboral nas relações jurídicas entre empregadores/as e trabalhadores/as.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 3 de junho 2016

- Ações de Formação Contínua Tipo B²

Código e Tema	B13 – Conferência em colaboração com a OIT
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre temas relevantes de direito internacional e direito europeu do trabalho, com especial apelo às convenções da OIT e sua aplicação pelos tribunais do trabalho portugueses.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 21 e 22 de abril 2016

¹ Colóquios de 1 dia

² Seminários de 2 dias

• Ações de Formação Contínua Tipo C³

Código e Tema	C4 – Temas de Direito do Trabalho e de Processo do Trabalho
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Promover a reflexão sobre os temas que mais frequentemente constituem objeto de discussão nas causas laborais, contribuindo assim para o aprofundamento dos conhecimentos práticos necessários ao exercício de funções na jurisdição do trabalho• Abordar as questões emergentes das mais recentes alterações da legislação laboral e da jurisprudência recente do Tribunal Constitucional• Sublinhar a importância do direito do trabalho da União Europeia, proporcionando aos formandos uma visão panorâmica do direito social europeu e da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia e do TEDH em matéria laboral.
Destinatários	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 4 e 11 de março e 1 e 8 de abril 2016

• Ações de Formação Contínua Tipo D⁴

Código e Tema	D7 – Proteção de direitos de personalidade
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Discussão prática em grupos de pequena dimensão e com participação ativa dos formandos:<ul style="list-style-type: none">○ das questões inerentes à proteção dos direitos fundamentais e de personalidade dos sujeitos da relação laboral○ das questões decorrentes e das situações de colisão entre os direitos de personalidade dos/as trabalhadores e os interesses da empresa
Destinatários	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Comarca de Braga, 12 de maio 2016

Código e Tema	D9 - Proteção de direitos de personalidade
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Discussão prática em grupos de pequena dimensão e com participação ativa dos formandos:<ul style="list-style-type: none">○ das questões inerentes à proteção dos direitos fundamentais e de personalidade dos sujeitos da relação laboral○ das questões decorrentes e das situações de colisão entre os direitos de personalidade dos/as trabalhadores e os interesses da empresa
Destinatários	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Comarca de Coimbra, 26 de maio 2016

³ Cursos de Especialização de 4 dias

⁴ Workshops

9.3 Outras Ações de Formação

- Ações de Formação Contínua Tipo A¹

Código e Tema	A3 – Ética e Deontologia
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre Ética, vida pública e media, com especial incidência sobre a intervenção dos/as magistrados/as nas redes sociais.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 27 de novembro 2015
Código e Tema	A6 – A função e os poderes dos novos órgãos de gestão das comarcas
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar o conhecimento e debater as questões mais problemáticas suscitadas pela entrada em funções dos novos órgãos de gestão de comarcas, já à luz da experiência adquirida e em face da necessidade de redefinição dos Estatutos da Magistratura Judicial e do Ministério Público.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 4 de dezembro 2015
Código e Tema	A7 – Confiança na Justiça
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar os resultados dos inquéritos às perceções sociais da justiça, refletir e identificar boas práticas para melhorar a confiança dos cidadãos nos Tribunais.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 11 de dezembro 2015
Código e Tema	A10 – A nova orgânica judiciária em balanço – pontos positivos e negativos da reforma da organização judiciária e sugestões para a sua melhoria
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer um balanço da nova orgânica judicial, apontando os pontos negativos e positivos da organização judiciária, e identificar sugestões e ideias que possam contribuir para a sua melhoria e para a garantia da tutela jurisdicional efetiva dos direitos fundamentais.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 18 de dezembro 2015
Código e Tema	A13 – Comunicar a Justiça
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo da dinâmica e dos processos de disseminação da informação sobre os tribunais no contexto social e identificação de boas práticas dos tribunais na sua relação com a comunicação social, incluindo a web.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 29 de janeiro 2016
Código e Tema	A20 – Implementação dos Direitos Fundamentais: tendências internacionais
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e debater a mais recente jurisprudência de tribunais internacionais e de outras instâncias internacionais de tutela dos direitos humanos, bem como a jurisprudência superior e constitucional de outros Estados e que seja relevante no domínio dos direitos humanos.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 18 de março 2016

¹ Colóquios de 1 dia

Código e Tema	A23 – Humor, Direito e liberdade de expressão
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar de forma abrangente o limite e o excesso na perspetiva do Direito.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 22 de abril 2016
Código e Tema	A25 – Direitos das pessoas com deficiência
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Articular o direito interno com os instrumentos internacionais, designadamente a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; • Sensibilizar as magistraturas para uma interação adequada com as pessoas com deficiência.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 6 de maio 2016
Código e Tema	A32 – Gestão do Stress
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre a temática do Stress e fenómenos que lhe estão associados, quer em termos de causas quer em termos de consequências, para a vida profissional e pessoal dos/as magistrados/as e, como tal, para a própria qualidade do sistema de justiça. • As perspetivas da medicina e da psicologia, bem como as dos órgãos de gestão das magistraturas, com relevância para a necessária reflexão sobre formas de prevenção e sobre a(s) resposta(s) a dar aos problemas que surgem.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 3 de junho 2016
Código e Tema	A35 – Faces da Retórica
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão sobre a força performativa da Retórica na aplicação do Direito e na realização da Justiça
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 17 de junho 2016
Código e Tema	A36 – Imagem e Voz
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Estudar o modo de comunicar na sala de audiências e no gabinete com as partes e os intervenientes processuais, nomeadamente as regras de colocação da voz e postura, permitindo aos/às magistrados/as entender o modo como são percebidos por terceiros pela forma como comunicam.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 8 de julho 2016
	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de Formação Contínua Tipo B²
Código e Tema	B2 – Seminário sobre Migrações
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para o desenvolvimento da cultura jurídica, administrativa e judiciária dos diversos agentes e instituições da lusofonia, com a análise e tratamento dos múltiplos quadros jurídicos (lusófonos, europeus e globais) que se aplicam e interligam na temática das migrações.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 23 e 24 de novembro 2015

² Seminários de 2 dias

Código e Tema	B14 – Curso Breve de Inglês Jurídico – Curso presencial de 8 sessões, 2 por semana
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar aos interessados o aperfeiçoamento das suas competências no domínio da língua inglesa e o desenvolvimento das suas capacidades de expressão escrita e oral, apetrechando-os com o vocabulário técnico-jurídico comumente utilizado em áreas jurisdicionais, em especial nas áreas civil, penal e laboral, através da leitura de textos jurídicos, de debates e de exercícios orais e escritos a partir, nomeadamente, da simulação de atos.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	janeiro a julho de 2016, previsivelmente. Horário pós-laboral, das 18h30 às 20h00

Metodologia: dependendo do total de inscritos, serão compostos grupos de 15 participantes, sendo que cada grupo participará em oito unidades letivas, que decorrerão em dois dias por semana – segundas e terças-feiras –, na sede do CEJ, no Largo do Limoeiro, em Lisboa.

Os inscritos realizarão um teste prévio de aferição de conhecimentos, sendo os cursos a realizar divididos em três (3) níveis: nível I - conhecimentos elementares; nível II - conhecimentos médios; nível III - bons conhecimentos.

Código e Tema	B15 – Curso Breve de Inglês Jurídico – Curso presencial de 3 sessões, 1 sessão semanal - Porto
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar aos interessados o aperfeiçoamento das suas competências no domínio da língua inglesa e o desenvolvimento das suas capacidades de expressão escrita e oral, apetrechando-os com o vocabulário técnico-jurídico comumente utilizado em áreas jurisdicionais, em especial nas áreas civil, penal e laboral, através da leitura de textos jurídicos, de debates e de exercícios orais e escritos a partir, nomeadamente, da simulação de atos.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público.
Data e local	Porto, em data a indicar.

Metodologia:

Será composto um grupo com o **máximo de 15 participantes**, o qual participará em 3 unidades letivas, que decorrerão em datas a indicar, das 10h às 13h e das 14h30 às 16h00, no Porto, nas instalações do CEJ.

Os inscritos realizarão um teste prévio de aferição de conhecimentos, sendo admitidos apenas magistrados com nível II (conhecimentos médios) ou nível III (bons conhecimentos).

O Curso apenas funcionará com um **mínimo de 10 inscritos**.

Código e Tema	B16 – Curso Avançado de Inglês Jurídico – Curso presencial de conversação sobre temas jurídicos, 1 sessão semanal, durante 3 meses
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar e desenvolver o vocabulário técnico-jurídico necessário à comunicação e à compreensão melhorar as capacidades de expressão/exposição oral alargar conhecimentos em áreas temáticas diretamente relacionadas com o Direito que permitam compreender e debater os sistemas jurídicos de Portugal e Inglaterra ou Estados Unidos.
Destinatários	Juízes/as, Magistrados/as do Ministério Público, Advogados/as e outros/as profissionais da área forense que tenham concluído o Curso Breve
Data e local	janeiro a julho de 2016; horário pós-laboral, das 18h30 às 20h00

Metodologia:

Como se pretende utilizar o tempo da sessão exclusivamente para conversação e debate, será utilizada a plataforma *Moodle* do CEJ, onde os/as magistrados/as e outros formandos terão acesso aos materiais (textos, links para material audiovisual, documentos, glossários e outros) que serão utilizados. Assim, antes de cada sessão poderão ter conhecimento prévio do vocabulário e de quaisquer outros exercícios ou trabalhos de investigação existentes.

Requisitos:

O curso de Conversação de Inglês Jurídico deverá ser apenas para aqueles que completaram o nível II e III do Curso Breve de Inglês Jurídico. Para este serão mantidos os níveis inicialmente apurados.

- Ações de Formação Contínua Tipo D³

Código e Tema	D12 – Gestão do Stress
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre a temática do Stress e fenómenos que lhe estão associados, quer em termos de causas quer em termos de consequências, para a vida profissional e pessoal dos/as magistrados/as e, como tal, para a própria qualidade do sistema de justiça. • As perspetivas da medicina e da psicologia, bem como as dos órgãos de gestão das magistraturas, são importantes para a necessária reflexão sobre formas de prevenção e sobre a(s) resposta(s) a dar aos problemas que surgem.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Porto, 17 de junho 2016

Código e Tema	D14 – Gestão do Stress
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre a temática do Stress e fenómenos que lhe estão associados, quer em termos de causas quer em termos de consequências, para a vida profissional e pessoal dos/as magistrados/as e, como tal, para a própria qualidade do sistema de justiça. • As perspetivas da medicina e da psicologia, bem como as dos órgãos de gestão das magistraturas, são importantes para a necessária reflexão sobre formas de prevenção e sobre a(s) resposta(s) a dar aos problemas que surgem.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Coimbra, 24 de junho 2016

Código e Tema	D15 – Gestão Processual (MJ)
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Visa qualificar os destinatários com propostas de reflexão sobre os modelos de organização e gestão processual, bem como sobre a racionalização das tarefas e as boas práticas na gestão do Tribunal e dos processos.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 24 de junho 2016

Código e Tema	D16 – Métodos de Organização e Gestão Processual (MP)
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Visa qualificar os destinatários com propostas de reflexão sobre os modelos de organização e gestão processual, bem como sobre a racionalização das tarefas e as boas práticas na gestão do Tribunal e dos processos.
Destinatários	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense
Data e local	Lisboa, 24 de junho 2016

³ Workshops

XX Formação Internacional¹

Atividade/ Formação	Data	Local
Encontro sobre "Direito da Concorrência"	18 set 2015	Lisboa, CEJ
Seminário sobre "Company Law" - EJTN	12 e 13 out 2015	Lisboa, CEJ
Estágio PEAJ/ EJTN	12 a 23 out 2015	Lisboa, CEJ
Seminário sobre "Asylum Law" - EJTN	5 e 6 nov 2015	Lisboa, CEJ
Seminário "Mandado de Detenção Europeu" - Projeto Penal I - EJTN	23 a 25 nov 2015	Lisboa, CEJ
Seminário "Electronic Evidence" - Parceria com a ERA	29 fev e 1 mar 2016	Lisboa, CEJ
Seminário Projeto Linguístico - EJTN	março, data a confirmar	Lisboa, CEJ
Seminário "Labour Law" - EJTN	16 e 17 mai 2016	Lisboa, CEJ
Seminário "Sports Law" - EJTN	maio, data a confirmar	Lisboa, CEJ

¹ As inscrições para as atividades de formação internacional respeitarão os procedimentos habituais.